

A POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Marcelo Barbosa Santos - UFF¹

Resumo: O presente artigo é resultado de estudos no campo das subjetividades e ideologias relacionadas ao processo de implementação das ações afirmativas no Brasil. Para este texto, realizou-se análise sobre o posicionamento da totalidade dos presidentiáveis nas eleições 2018 no que concerne à política de cotas sociais/raciais nas universidades públicas brasileiras. A reflexão teve como base os programas de governo entregues ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, discursos políticos, pronunciamentos públicos e declarações à imprensa dos candidatos sobre o tema. O processo de análise considerou os cortes de raça/cor dos candidatos e do espectro político esquerda/direita, enfatizando os posicionamentos ideológicos partidários e das candidaturas. Do ponto de vista teórico, foram utilizadas as formulações sociológicas do pensamento social brasileiro sobre o poder simbólico na construção do discurso político, associadas às reflexões do processo de modernização e desenvolvimento econômico. Por meio de metodologia qualitativa, as análises contaram como fonte, registros publicados tanto em órgãos oficiais de Estado como na esfera pública - documentos de domínio público 'não-arquivado': artigos e matérias de jornais, revistas e páginas eletrônicas; documentos partidários e redes sociais; além de pesquisa bibliográfica concentrada sobre relações raciais, histórico das ações afirmativas, desenvolvimento econômico e eleições no Brasil.

Palavras-chave: Eleições 2018. Cotas nas universidades. Modernização. Inclusão.

INTRODUÇÃO

As eleições nacionais de 2018 marcaram de forma significativa a história política brasileira. Entre outras características, destacaram-se as polarizações radicais e a utilização em larga escala das redes sociais. No que diz respeito, especialmente, às eleições presidenciais, assistimos um processo repleto de apreensão e insegurança jurídica, configurando um cenário em que os juízes tinham tanto protagonismo como os candidatos. Diante desse quadro, novas expressões como, “kit gay”, “marxismo cultural” e “vai pra Cuba” (BUARQUE & SCHUBACK, 2018) entraram no vocabulário político nacional. Em todo o processo ainda ocorreram, atentados, embates nas ruas e nas universidades, manifestações de homofobia e racismo, enfim, um leque amplo de conflitos.

¹ Graduado em História – UFF, Mestrado em Educação – UERJ e Doutorando em Política Social – UFF. Email: uff.marcelo.rj@gmail.com

Entre os vários temas debatidos na campanha eleitoral e que apareceram com certa proeminência na esfera pública destacamos a questão das cotas nas universidades. Enfim, existia grande interesse de parte do eleitorado no posicionamento dos candidatos sobre pertinência das cotas raciais para acesso ao ensino superior brasileiro.

A proposta deste artigo se constitui na construção de um panorama do posicionamento das candidaturas à presidente sobre as cotas e análise desses mesmos posicionamentos, tendo como referência a defesa da redução da desigualdade como caminho modernizador do país. De outra forma, pretendemos refletir sobre os balizamentos das visões e projetos de modernização do Brasil proferidos pelos candidatos, através de seus posicionamentos e propostas a respeito do acesso ao ensino superior.

METODOLOGIA

Este artigo é fruto de pesquisa qualitativa sobre os impactos da implementação das ações afirmativas no Brasil. Para a análise, foram sistematizados os posicionamentos sobre as cotas nas universidades das candidaturas a presidente do Brasil nas eleições de 2018. Nessa tarefa, estão sinalizadas como fontes, documentos de órgãos oficiais de estado, publicações acadêmicas e registros feitos na esfera pública: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais - documentos de domínio público ‘não-arquivado’ (CELLARD, 2010). Do ponto de vista teórico, teremos como referências as contribuições de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico na construção do discurso político e as reflexões elaboradas por Jessé Souza sobre as questões da modernidade e desigualdade no Brasil.

DISCURSOS POLÍTICOS E MODERNIDADE BRASILEIRA

O embasamento teórico deste artigo perpassa pela reflexão de dois pensadores da sociologia contemporânea. O primeiro destaque se configura nas elaborações de Bourdieu sobre o discurso político e sua relação com o poder simbólico. A outra contribuição tem como referência os estudos de Jesse Souza a respeito do processo de modernização no Brasil.

A teoria sociológica de Bourdieu trata os discursos políticos como parte do processo de produção ideológica do campo político. Nesse sentido, o pensamento bourdiesiano busca desmitificar a pretensão do discurso político como verdade absoluta e afirmar a relatividade das visões de mundo. De forma sintética, podemos afirmar que para Bourdieu o fundamento de um

discurso político depende das lutas simbólicas protagonizadas pelos agentes na busca de poder simbólico no interior do campo político. Indica ainda que, os discursos políticos elaborados no processo de luta se ajustam às necessidades internas e externas do campo político. O sociólogo francês conclui que, o caráter de verdade do discurso político ou sua legitimidade não são condicionados obrigatoriamente pelo seu conteúdo ou argumento, mas do alcance de seu poder simbólico, ou seja, de sua competência em seduzir adeptos e ganhar legitimidade (BOURDIEU, 1989).

Ainda sobre as lutas simbólicas, Bourdieu vai enfatizar que,

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social, mas conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989, p.11).

Assim, Bourdieu indica que as disputas têm como objetivo conquistar “monopólio da violência simbólica legítima”, isto é, o poder de impor e, até mesmo de inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social. Dessa forma, os discursos políticos são constituídos em processos duplamente determinados, tanto pelas classes ou frações das classes que elas exprimem, como pelos interesses específicos daqueles que os produzem, considerando à lógica específica do campo de produção (campo político). Enfim, é na dinâmica do processo político em que a concorrência pelo monopólio de uma representação legítima do mundo, particularmente do mundo social, determinados produtores de visões de mundo - partidos, facções ou militantes - procuram introduzir em seus discursos políticos elementos que permitem “distingui-los” dos discursos políticos que são elaborados pelos concorrentes (SILVA, 2005).

Para Bourdieu, o teor de cada discurso político é fruto de condições objetivas e subjetivas específicas e de interesses em jogo na luta política. Do ponto de vista das necessidades internas do campo político, as tomadas de posições dos agentes políticos são condicionadas pelas posições que ocupam na estrutura. Esse processo se desdobra na introdução de determinadas características nos conteúdos dos seus discursos políticos fazendo com que possam se “distinguir” das ideologias de seus concorrentes. Da mesma forma, submetidos às necessidades externas do campo político, os agentes inserem elementos em suas ideologias visando atender o *habitus* do maior número possível de clientes com a finalidade obter a sua legitimidade junto a eles.

Em consonância com as posições que ocupam, eles podem criar elementos de “distinção” em seus discursos políticos, de modo a os distinguir dos sistemas simbólicos de seus concorrentes. Por outro lado, uma vez que os agentes internos do campo político visam produzir um sistema simbólico que lhes permita conquistar o maior número possível de adeptos, eles procuram atender às necessidades externas, ou seja, as aspirações dos leigos que se encontram na condição de consumidores de bens simbólicos (BOURDIEU, 2005, p. 199).

De maneira sucinta, podemos afirmar que para Bourdieu a preeminência de um discurso político, igualmente a sua capacidade de ser reconhecido como legítimo, está condicionada aos efeitos mobilizadores de adeptos produzidos pelo poder simbólico. E que mesmo, desmistificado do seu atributo de “verdade absoluta”, o discurso político não é esvaziado de seu poder de dominância e legitimidade.

Dando prosseguimento as referências teóricas deste estudo, destacamos as reflexões de Jesse Souza sobre a modernidade brasileira, ou seja, quais seriam as principais características do processo histórico da modernização do Brasil e como as interpretações desse processo indicam leituras e perspectivas da conjuntura sócio-política brasileira. Sinteticamente, entendemos como processo de modernização aquele que se refere ao desenvolvimento do capitalismo e suas relações sociais.

De acordo Souza (2018), duas vertentes prevaleceram no pensamento social brasileiro a respeito do processo de modernização no Brasil.

A primeira é nomeada por Souza como híbrida, ou seja, indica que o país se modernizou mantendo, ao mesmo tempo, características tradicionais, pré-modernas junto de elementos do capitalismo. As formulações teóricas desse campo têm entre suas principais fontes o pensamento – culturalista conservador - de Gilberto Freyre na sua defesa da especificidade do povo brasileiro. Freyre com elogio a mestiçagem vai construir a defesa da “brasilidade” que serviu tanto para combater o processo de branqueamento em curso, baseado na falsa ideia de superioridade branca, mas também para relegar a segundo plano os conflitos de classe e raça da época, com máxima da democracia racial. Outra faceta desse ramo de pensamento é a interpretação de que na sociedade brasileira predominaria um misto de impessoalidade e pessoalidade nas relações sociais. Essa perspectiva indica que o Brasil tem na sua essência um apego ao “atraso” que é situado no Estado brasileiro. Deriva dessa visão a corrente política de perfil liberal conservadora que enfatiza o mercado em detrimento do Estado. É nesse contexto que raciocínios como “entregar a Petrobrás para estrangeiro é melhor que deixá-la para nossos políticos corruptos” (SOUZA, 2018b, p. 12) se justificam. Assim, o estado São Paulo é eleito

como panteão da modernidade, do avanço, do mercado em detrimento do resto do país “atrasado” dependente do Estado. Em consonância com Souza (2018), entre os pensadores mais importantes desse segmento temos Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta.

A segunda vertente de pensamento sobre o processo de modernização assume o Brasil como moderno, sem nenhum tipo de dualismo ou hibridismo. Para os pensadores desse campo, a sociedade brasileira assumiu contornos de modernidade com o fim da escravidão em 1888, vindo a se consolidar na era Vargas num amplo processo de urbanização e industrialização. Desde então, o Brasil vem fortalecendo a modernidade com instituições, burocracias e relações sociais de perfil capitalistas. Uma característica importante das formulações dessa vertente se configura em questionar a eternidade da influência pré-moderna na sociedade brasileira, contudo, não negligenciam as especificidades que possam ter ocorrido no processo. Assim, é ressaltada a singularidade da formação social brasileira, no que diz respeito, às mazelas oriundas do regime de escravidão e suas consequências até os dias atuais. Entre os expoentes desse pensamento destacamos os intelectuais como, Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna e Jessé Souza.

O Brasil não é o país pré-moderno, do patrimonialismo, da corrupção apenas do Estado e da política, das relações pessoais e do “jeitinho brasileiro” que a pseudociência moralista de fachada inventou. Essa interpretação só passou a ser dominante porque torna invisível tanto o saque do trabalho coletivo de todas as classes, via salários achatados e lucros e juros escorchantes, quanto a captura do Estado e do orçamento público, em favor da elite dos donos de mercado (SOUZA, 2018b, p. 271-272).

É importante ressaltar que, a primeira vertente de pensamento alcançou o patamar de hegemonia no “imaginário social” convertendo-se em base de projetos políticos nacionais que influenciaram tanto a direita como a esquerda brasileira. O foco no Estado derivou pela direita à defesa de sua redução, num viés liberal conservador e pela esquerda sua depuração e expulsão dos agentes públicos corruptos. O combate à corrupção “exclusiva” do Estado se convertia em consenso a partir da tese do patrimonialismo de Faoro. “O Estado patrimonialista seria a principal herança do homem cordial e principal problema nacional” (SOUZA, 2018b, p. 18). A segunda vertente, focada numa releitura do processo de modernização periférica, vai se distinguir pela denúncia das desigualdades e na defesa da inclusão popular.

BREVE HISTÓRICO DAS COTAS

O pioneirismo das ações afirmativas para negros no Brasil perpassa, inquestionavelmente, pelo movimento social negro brasileiro. Contudo, foi a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001 que, defesa das ações afirmativas ganhou efetividade no Estado brasileiro. Nesse evento o Brasil foi signatário da resolução aprovada que indicava o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações para a escravidão e a defesa de ações afirmativas como mecanismo de acesso para a população negra nas universidades (VIEIRA, 2016).

A primeira iniciativa de implementação das ações afirmativas na modalidade das cotas no ensino superior público no Brasil ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 2002. Em 2004, a Universidade de Brasília - UnB adere à política de ações afirmativas em âmbito federal, adotando cotas raciais para ingresso em seus cursos de graduação. Após os posicionamentos da UERJ e UnB, várias iniciativas se sucederam, criando uma onda de avanço inclusivo em outras instituições públicas com aprovação, através de seus conselhos universitários, de algum tipo de ação afirmativa. Em 2012 o Congresso Nacional aprova Lei nº 12.711 que nivelou a adoção da política de cotas nas universidades federais num único modelo. Outro momento importante, foi a decisão do STF pela constitucionalidade das cotas raciais nas universidades. Por unanimidade, os ministros do STF julgaram, em 26 de abril de 2012, improcedente a ADPF nº 186 contra as cotas étnico-raciais da UnB, garantindo a constitucionalidade da política de cotas raciais nas universidades, argumentando que são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil.

Com a decisão do STF sobre as cotas em 2012, as polêmicas se reduziram, mas nunca foram extintas totalmente, a comprovação desse fato, é que até as eleições 2018 várias personalidades do mundo político se manifestam sobre a temática. Os argumentos contra e favor a respeito da legislação das cotas esbarram sempre em outros temas como, meritocracia, racismo, constitucionalidade, injustiça, democracia, educação, inclusão e etc., indicando, de alguma forma, que as visões a cerca da modernidade brasileira estão em disputa na arena política. Não é sem motivos que o tema das ações afirmativas foi resgatado com certo destaque nas eleições de 2018. É disso que trataremos a seguir.

AS COTAS EM DEBATE NAS ELEIÇÕES 2018

Durante todo o processo eleitoral, como é de praxe, alguns temas ganham mais proeminência do que outros na esfera pública, contudo, o que se evidenciou nas eleições de 2018 brasileiras foi o crescimento da mobilização dos eleitores em relação às pautas conservadoras e até mesmo reacionárias. No contexto em que os debates nas redes sociais tiveram destaque, as questões relacionadas à educação seguiram a mesma tendência, ou seja, foram pautadas, principalmente, sob o viés conservador. Como exemplo, temos os casos da, “escola sem partido”, “kit gay” e cotas nas universidades.

De acordo com Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 117.364.560 (79,67%) eleitores compareceram no primeiro turno do pleito, no segundo turno 115.933.451 (78,70%) compareceram à votação. Entre o primeiro e segundo turnos, registrou-se uma redução de 1.431.109 no comparecimento dos eleitores, queda de 0,97 ponto percentual. A eleição presidencial foi decidida no segundo turno em que o candidato Jair Bolsonaro da Coligação “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” (PSL e PRTB), com 57.797.847 (55,13%) dos votos válidos venceu o candidato da Fernando Haddad da Coligação “O Brasil Feliz de Novo” (PT, PC do B e PROS) que obteve 47.040.906 (44,87%) (TSE NOTÍCIAS, 2018).

Para o cargo da Presidência da República foram treze candidatos (as) e de acordo com a análise feita pela Revista Piauí/Folha/UOL/Agência Lupa (2018) nos programas de governo entregues ao TSE, nem todos tinham propostas voltadas para o ensino superior público. Entendendo que o levantamento baseado nos programas era insuficiente, decidimos pelo aprofundamento da pesquisa nos registros na esfera pública. Com a ampliação, foram alcançados pronunciamentos de todos os candidatos. O que nos possibilitou a configuração do seguinte panorama: oito candidatos a favor, dois contra e três com posição controversa².

Quadro sobre posicionamento dos candidatos a Presidência da República em 2018

Como podemos perceber a seguir, entre aqueles que se posicionaram a favor das cotas temos candidatos tanto a esquerda como a direita do espectro político. Para o enquadramento dos candidatos no espectro ideológico foram utilizadas, como referência teórica, as contribuições de Bobbio³ (2001). Seus discursos políticos têm narrativas diferenciadas, no

² Entendemos como controversa aquela posição que deixa dúvida sobre o entendimento do candidato.

³ De maneira sintética, Bobbio se posiciona no sentido de que a tensão entre esquerda e direita permanece viva e que o fundamento da diferença entre as concepções é a noção que cada uma das tendências tem de igualdade e de desigualdade. O filósofo político italiano diz que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma

entanto, todos se esforçam em compartilhar o mesmo campo simbólico (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, podemos indicar que os candidatos reconhecem a existência da desigualdade racial no Brasil e que a política de cotas nas universidades seria uma forma de reparação, numa perspectiva de um desenvolvimento menos desigual.

Candidatos	A favor das cotas	Contra as cotas	Controversa
Álvaro Dias - PODEMOS			X
Cabo Daciolo - PATRIOTA	X		
Ciro Gomes - PDT	X		
Eymael - DC			X
Fernando Haddad - PT	X		
Geraldo Alckmin - PSDB			X
Guilherme Boulos - PSOL	X		
Henrique Meirelles - MDB	X		
Jair Bolsonaro - PSL		X	
João Amoêdo - NOVO		X	
João Goulart Filho - PPL	X		
Marina Silva – REDE	X		
Vera Lucia - PSTU	X		
TOTAL	8	2	3

FONTE: autor 2019

Vejamos como os candidatos e seus discursos políticos se articulam na defesa das cotas. Destacamos de início a fala de Cabo Daciollo – PATRIOTA. O candidato que sempre aparecia em público de posse de um exemplar da Bíblia, dando ênfase as suas posições conservadoras, surpreendeu em relação às cotas. Em debate entre presidenciais promovido em 26/09/2018 pelo SBT, Folha de S. Paulo e UOL, Daciollo, questionado sobre se era a favor, discursou de forma inflamada, com tom bíblico, apoiando ao sistema de cotas nas universidades e defendeu a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Com certeza [...] e vou fazer um trabalho muito mais amplo. Negros, índios, quilombolas [...] essas pessoas tem que ser abraçadas e não foram à 130 anos [...] houve um erro do Brasil [...] Está muito além da política. Temos que fazer algo verdadeiro para o próximo. (YOUTUBE, 2018).

O candidato Ciro Gomes, também se posicionou a favor das cotas, contudo, considerando que em eleições passadas ele tinha posição contrária, reforçou o tom a favor nessa oportunidade. Desse modo, na narrativa de seu discurso político em 2018 teve que dar mais ênfase na defesa das ações afirmativas. No seu programa a parte referente às cotas diz,

distribuição de renda mais igual, por uma maior justiça social. E é de direita quem não tem este objetivo como prioridade, vendo a desigualdade como inevitável e sob muitos aspectos desejável.

As universidades públicas deverão, além de ampliar a oferta de vagas e prosseguir com as políticas de cotas, estreitar seus laços com as políticas e ações no campo da educação básica e ciência, tecnologia e inovação. (UOL, 2018).

Ainda com Ciro Gomes, em debate promovido pela Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o presidenciável foi mais contundente na sua posição, com duras críticas a candidatos que propõem acabar com as cotas para negros no Ensino Superior:

[...] isso é flagrante que é necessidade histórica de país que foi mais renitente no legado imoral da escravidão. Quando candidatos da direita falam em ser a favor de tirar todos os direitos, o que se faz é expressão de fração da elite brasileira que tem raiva da Princesa Isabel (JOVEM PAN.UOL, 2018).

Em vídeo de campanha publicado em rede social no dia 11/05/2018, Ciro Gomes é mais direto na defesa das cotas, sustentando a bandeira permanência dessa política pública. Nessa oportunidade faz associação da mesma com ampliação do acesso à educação e desenvolvimento-social econômico do Brasil.

É certo que muita coisa precisa mudar em nosso país. Mas outras, não. As cotas para universidades públicas, por exemplo. Elas foram a primeira chance para milhões de jovens brasileiros cujas famílias não pode pagar cursinho ou professor particular. E precisam continuar e até aumentar. O acesso à educação vai mudar completamente a vida da juventude brasileira e criar um novo futuro para o nosso Brasil (YOUTUBE 11/05/2018).

O presidenciável Fernando Haddad se situa no tema das cotas nas universidades de maneira mais confortável, visto que, foi protagonista no governo federal quando foram implementadas como política pública. No programa entregue ao TSE, temos na diretriz “educação para o desenvolvimento das pessoas e do país”, trecho que destaca a defesa da política das cotas associadas ao processo de inclusão educacional e desenvolvimento econômico-social do Brasil.

A candidatura reafirma o compromisso com o fortalecimento da política de cotas, tanto em sua dimensão racial e étnica, quanto em sua dimensão social (egressos de escolas públicas). [...] A promoção da igualdade racial e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros, secularmente negligenciados na sociedade brasileira, constituem prioridade estratégica e estruturante da refundação democrática do Brasil. Na prática, isso significa o enfrentamento ao racismo institucional ainda perpetuado no Estado Democrático de Direito (UOL, 2018).

A candidatura de Guilherme Boulos reforça a posição da esquerda em favor das cotas nas universidades. Salientamos que, também associa a defesa das ações afirmativas com inclusão social, democracia e perspectiva de desenvolvimento. Em seu programa de governo, a defesa das cotas é mais evidenciada no item referente à “educação, emprego, renda e moradia”.

O sistema educacional reflete a imensa desigualdade social de nosso país. Não existe democracia nem igualdade de oportunidades quando comparamos o acesso de brancos, negros e indígenas, ricos e pobres, ao ensino superior

e mercado de trabalho. [...] Aplicação e ampliação das políticas de cotas raciais e políticas de permanência nas universidades e nos concursos públicos. As cotas raciais são uma importante política de reparação em um país que conta, em sua história, com mais de 300 anos de escravidão e 130 anos de trabalho livre. (UOL, 2018).

O processo eleitoral 2018 teve também defensores das cotas nas universidades pelo campo da direita. Um dos candidatos que se manifestou foi Henrique Meirelles. Homem ligado ao mercado financeiro e inspirado no crescimento econômico dos países asiáticos, onde a educação foi utilizada como a principal indutora, Meirelles faz a defesa das cotas e da melhoria de vida das pessoas tendo o crescimento econômico como objetivo estratégico. Disse o presidenciável debatendo sobre educação durante a campanha eleitoral, “nós temos que ter a manutenção de cotas, mas sempre tendo uma atenção muito grande no aprendizado. Uma vez na universidade, no ensino médio ou básico, o estudante tem que se comprometer com a qualidade” (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Assumindo uma tendência nacional-desenvolvimentista de esquerda, João Goulart Filho se coloca a favor das cotas nas universidades numa perspectiva, também, de reparação histórica.

Concordo com os critérios da atual lei de cotas e me comprometo a mantê-la quando for feita a revisão que ela própria estabelece. [...] A política de cotas, ao favorecer o ingresso dos jovens negros na universidade, contribui para resgatar essa dívida com a população afrodescendente e para combater a desigualdade racial no país (UOL, 2018).

Ainda, sobre os candidatos que se posicionam a favor da política de cotas nas universidades, destacamos Marina Silva. No plano de governo entregue ao TSE na parte referente a "ensino superior integrado à Ciência, Tecnologia e Inovação" a presidenciável afirma, "Nosso governo buscará a ampliação do acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas. [...] Ampliaremos a fiscalização sobre o cumprimento da lei de cotas e a oferta de cursos de capacitação profissional" (UOL, 2018). Em visita a ONG Educafro - SP na data 27/08/2018, durante campanha eleitoral, reiterou a defesa das cotas.

Na ocasião, ela foi sabatinada por lideranças da entidade a respeito de temas de campanha com ênfase aos direitos da população afrodescendente. Marina Silva afirmou que a política de cotas deve ser mantida, mas defendeu outros investimentos em educação para que os beneficiários tenham condição efetiva de estudar (JOVEM PAN UOL, 2018).

Finalizando, temos o posicionamento da candidata do PSTU Vera Lúcia. Sustentando uma posição socialista-revolucionária, Vera Lucia faz defesa das cotas, com certo, menosprezo. Perguntada se era a favor das cotas nas universidades, a candidata responde: “Sim, também. Apesar de que não resolve, mas é um paliativo importante” (G1 GLOBO, 2018). Em outra ocasião Vera Lúcia assume posição mais incisiva de aprovação das cotas.

Defendemos cotas étnico-raciais em todas as IES (Instituições de Ensino Superior), e em todos os programas de pós-graduação das IES. Defendemos, também, políticas de permanência para os estudantes cotistas. Temos a compreensão de que as cotas não produzirão o pleno acesso dos negros e indígenas ao ensino superior. No entanto, consideramos uma importante medida reparatória (UOL, 2018).

De agora em diante, nos concentraremos nos posicionamentos contrários as cotas nas eleições presidenciais de 2018.

Nome da direita e de viés neoliberal, o candidato João Amoedo sempre se colocou contrário às cotas. O banqueiro declarou,

Sou contrário ao sistema de cotas tanto para o funcionalismo quanto para as universidades. Nós entendemos que isso é mais um atalho. A gente deveria trabalhar na origem do problema, que é dar uma educação de qualidade e não buscar atalhos que são as cotas. Fazer uma diferenciação por sexo, por raça, por cor, por preferência sexual. Isso não em sentido. (YOUTUBE, 10/01/2018).

Em outra oportunidade, Amoedo, em debate promovido pela Câmara de João Pessoa, manteve o mesmo discurso político contrário às cotas raciais, insistindo na tese meritocrática de que o tratamento diferenciado é um erro. “Todos são iguais perante a lei, eu considero que essa divisão da sociedade por raça, por classe, por preferência sexual, por cor de pele, é muito ruim. Na verdade, a gente acaba dividindo a sociedade, criando um debate desnecessário” (JORNAL DA PARAIBA, 2018).

A outra candidatura que, explicitamente, se posicionou contrária as cotas nas universidades foi a de Jair Bolsonaro, vencedor do pleito e atual Presidente da República.

Bolsonaro, líder da chapa “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, não se esquivou sobre o tema durante a campanha e demarcou, de maneira contundente, a sua posição divergente em relação às ações afirmativas. E não foram poucas as oportunidades em que reiterou a sua visão sobre o acesso nas universidades.

Em entrevista ao programa Roda Vida, da TV Cultura realizada em julho, ainda em fase de pré-candidatura, Bolsonaro prometeu: "Eu não posso falar que vou terminar porque depende do Parlamento. Pelo menos diminuir o percentual. Vou propor, quem sabe, a diminuição do percentual (NOTÍCIAS UOL, 2018). Adiante, o candidato justifica sua posição, “Por que essa política de dividir o país entre brancos e negros? Eu nunca escravizei ninguém. Vamos criar cota para nordestino? Isso é questão de mérito? Por que não estudam?” (METROPOLES, 2018). Ainda sobre o tema, “Bolsonaro afirmou não ver justiça nas cotas para negros, por entender que a ascensão às universidades e aos concursos públicos deve ser por merecimento”

(NOTÍCIAS UOL, 2018). Fechando as suas respostas sobre a política pública, foi perguntado se as cotas não seriam uma resposta da sociedade brasileira à dívida histórica brasileira com os negros em relação as consequências do tempo da escravidão, o ex-capitão do Exército Brasileiro negou. “‘Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida’ [...] ‘É justo a minha filha ser cotista? O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro’” (NOTÍCIAS UOL, 2018).

Em outra ocasião, 23/10/2018, depois do primeiro turno das eleições, durante entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí, Bolsonaro diz que, “‘a política de cotas no Brasil está 'totalmente equivocada'. Para Bolsonaro política afirmativa é ‘coitadismo’ e reforça preconceito. O candidato disse que é preciso ‘acabar com isso’” (G1 GLOBO, 24/10/2018).

As declarações de cunho racista, do então, pré-candidato do PSL à Presidência da República Jair Bolsonaro são públicas. Em abril de 2017, Bolsonaro fez falas, no mínimo polêmicas, com ataques a quilombolas e indígenas numa palestra promovida por um clube no Rio de Janeiro. No seu discurso afirma que, se ganhar as eleições iria dar fim nas reservas indígenas e quilombolas, “‘Na ocasião, disse ter ido a um quilombo e afirmou, ‘o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas’”. ‘Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais’” (G1 GLOBO, 24/10/2018).

Os argumentos de Bolsonaro contrários à política de cotas nas universidades oscilam entre a defesa da meritocracia, de cunho estritamente liberal, passando pela negação ao direito de reparação histórica, recorrendo até mesmo ao deboche preconceituoso, apelidando a política de cotas de “coitadismo”, associando as comunidades negras e indígenas como vocacionadas para serem vítimas e não portadoras de direitos.

Ainda no que diz respeito às falas polêmicas sobre questões raciais, destacamos o pronunciamento do general da reserva Hamilton Mourão, inscrito como vice na chapa de Bolsonaro.

Durante evento em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul quando se referia às condições de subdesenvolvimento do país e da América Latina, Mourão argumentava em seu discurso político que, o Brasil "herdou a cultura de privilégios dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos" (POLÍTICA ESTADÃO, 2018). A fala do general faz

referência ao “mito das três raças”, fruto das reflexões de Freyre no seu elogio às raízes mestiças do povo brasileiro, interpretação basilar do que se configurou como “democracia racial”.

Em outra oportunidade, às vésperas do primeiro turno das eleições, em entrevista no Aeroporto de Brasília, ao se despedir, o general declarou, “Gente, deixa eu ir lá, que meus filhos estão me esperando. Olha, meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça” (O GLOBO, 06/10/2018). Nesse caso, o comentário de Mourão nos remete ao projeto de “branqueamento” do Brasil de parte de nossas elites oligárquicas do período pré-moderno, na virada do século XIX para o XX, em que as populações negras e povos eram tidos como racialmente inferiores e aptas, somente, para serviços braçais – corpo, em oposição a vocação intelectual dos brancos - espírito (SOUZA, 2018).

O discurso político desenvolvido pela chapa “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” do ex-capitão e do ex-general do Exército Brasileiro era objetivo e de fácil entendimento do eleitorado. A narrativa era baseada no combate a corrupção do Estado, na defesa da nacionalidade do “Brasil grande” e no elogio a “democracia racial brasileira” em que se menospreza os sentimentos de pertença racial e étnica, com o não reconhecimento dos negros e indígenas como portadores de direitos, acrescentada da argumentação meritocrática. Desse jeito, os membros da chapa conquistaram legitimidade incorporando elementos simbólicos que, dialogavam diretamente com “imaginário social” de parte dos eleitores com perfil conservador, conforme indica Bourdieu (1989) sobre a construção simbólica dos discursos políticos.

No tocante às candidaturas sinalizadas com posicionamentos controversos e duvidosos a respeito da política de cotas nas universidades, decidimos por não inferir maiores destaques quanto as suas respectivas declarações. Essa opção se sustenta, em função dos escassos e evasivos registros na esfera pública dos posicionamentos políticos dos presidentiáveis, Álvaro Dias, Eymael e Geraldo Alkmin, sobre as cotas.

APONTAMENTOS GERAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira reflexão provocada por este artigo se configura em demonstrar como a política de cotas nas universidades foi capaz de mobilizar a sociedade e por consequência o mundo político, desde os debates iniciais na esfera pública. Tentamos chamar atenção para fato de que as discussões sobre o tema sempre foram envolventes em que, a neutralidade é quase

nula. Tanto é assim que, a questão das ações afirmativas no ensino superior provocou inquietações importantes a personalidades públicas tanto da esquerda como da direita.

Outro dado a ser ressaltado é que os posicionamentos sobre o tema continuaram mesmo após a política de cotas se tornar lei em 2012 e ser implantada como política pública. A querela na sociedade sobre tema é tamanha que se prolongou como consequência às eleições presidenciais de 2018. Esse fato indica que, a visão e os projetos sobre a modernidade brasileira estão em disputa na arena política, portanto, os argumentos contra e favor da legislação das cotas que remetem a meritocracia, racismo, inconstitucionalidade, injustiça, democracia, educação, inclusão, etc., significam mais que a defesa ou rejeição a um projeto de inclusão momentâneo, circunscrito num determinado contexto. Eles indicam em quais projetos o Brasil pode trilhar.

A pesquisa feita para esse artigo revelou que a maioria dos presidenciáveis é a favor da política de cotas nas universidades. Dos treze, oito são a favor, dois contra e três identificados com posição controversa. O que indica que, parcela importante dos candidatos está consciente da desigualdade racial no Brasil e sensível em buscar soluções para combatê-la.

Os juízos sobre as cotas não obedecem, de maneira direta, a uma tendência do espectro político-partidário, ou seja, temos tanto na esquerda como na direita defensores da mesma posição. Dos treze presidenciáveis ao todo, tivemos a favor das cotas quatro de esquerda, um de extrema esquerda, um de centro e dois de direita; contrário, um de extrema direita e um de direita e; com posição controversa três de direita. Da mesma forma, o posicionamento político não obedece a autodeclaração da cor dos candidatos, ou seja, podemos ter negros e brancos tendo a mesma opinião. No caso das eleições presidenciais de 2018, dos treze candidatos, tivemos a favor das cotas, três negros e cinco brancos; com posição contrária dois brancos e três brancos se manifestando de maneira controversa.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de políticos que, antes da apreciação da Lei 12.711/2012 no Congresso Nacional eram publicamente contra as cotas e posteriormente à aprovação e a implantação da política pública nas universidades se converteram a favor. Esse é o caso do presidenciável Ciro Gomes em 2018.

De acordo com os referenciais teóricos utilizados no artigo, podemos identificar a perspectiva de modernidade como um balizador central que possibilita a distinção sobre o

posicionamento dos candidatos sobre as cotas. Dessa forma, situamos os presidenciáveis que se posicionaram a favor das cotas nas universidades como aqueles que têm uma visão modernizadora do país que prevê algum tipo de inclusão da população negra e povos indígenas. Eles são os candidatos que estão mais sensíveis à desigualdade racial brasileira, ou seja, entendem as ações afirmativas como uma maneira de reparação e inclusão no processo de modernidade com mais igualdade. E aqueles que se posicionaram contrários às cotas partilham uma visão de modernidade, em que o desenvolvimento econômico deve ser feito sem considerar as imensas desigualdades sociais e raciais brasileiras. Defendem uma espécie de modernização seletiva. Indicam o mérito como valor absoluto, menosprezando as diferenças nas partidas que são comprometedoras das trajetórias. Utilizam a meritocracia, como mecanismo ideológico para manutenção da desigualdade sem precisarem revelar seus racismos.

Finalizando, entendemos necessária a realização de outros estudos sobre personalidades do mundo político e seus posicionamentos a respeito das ações afirmativas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUARQUE, Luisa & SCHUBACK, Marcia Sá C. *Desbolsonário de bolso*. Vol. 1 Ed. Clandestina. 2018. Disponível em: <https://controle.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2018/12/desbolsonaro.pdf> Acesso em: 02 fev. 2019.

CELLARD, A. *Análise documental*. IN Poupart, Jetal. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

CLUBE MILITAR. *Para um Brasil melhor*. 24 set. 2018. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/para-um-brasil-melhor/>. Acessado em: 16 jan. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE, *'Eu sou favorável às cotas', diz Meirelles em faculdade particular do DF*. 14 set. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/14/interna_politica,705938/eu-sou-favoravel-as-cotas-diz-meirelles-em-faculdade-particular-do.shtml. Acesso em: 17 jan. 2019.

G1 GLOBO. *Eymael diz que se eleito privatizará Eletrobras, mas manterá Petrobras, Banco do Brasil e Caixa sob controle do governo*. 06 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/eymael-diz-que-se-eleito-privatizaria-eletobras-mas-manterea-petrobras-banco-do-brasil-e-caixa-sob-controle-do-governo.gh.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. 2. *Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'*. 24 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/eleicoes-2018-datas.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. 3. *Vera Lúcia defende revogar mandatos e diz que se eleita população dirá o que Congresso vai fazer: 'Ou ele faz ou ele faz'*. 11 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/11/vera-lucia-defende-revogacao-de-mandatos-e-diz-que-se-eleita-populacao-vai-dizer-o-que-congresso-vai-fazer-ou-ele-faz-ou-ele-faz.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2019.

JORNAL DA PARAIBA. *Presidenciável João Amoedo quer acabar com cotas para minorias*. 27 mar 2018. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/presidenciavel-joao-amodo-quer-acabar-com-cotas-para-minorias.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JOVEM PAN UOL. *Marina Silva defende manutenção do sistema de cotas para acesso às universidades*. 28 ago. 2018. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/marina-silva-defende-manutencao-do-sistema-de-cotas-para-acesso-as-universidades.html>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. *Acabar com cotas é desejo de fração da elite que tem raiva da Princesa Isabel*. 30 ago. 2018. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/acabar-com-cotas-e-desejo-de-fracao-da-elite-que-tem-raiva-da-princesa-isabel-diz-ciro.html>. Acessado em: 23 fev. 2019.

METROPOLES. *“Por que não estudam?”*, diz Bolsonaro sobre cotas para negros. 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/por-que-nao-estudam-diz-bolsonaro-sobre-cotas-para-negros>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NOTÍCIAS UOL. *Bolsonaro critica cotas e nega dívida com negros: "não escravizei ninguém"*. 31 jul. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cortas-nunca-escravizei-ninguem.htm>. Acesso em: 13 fev. 2019.

O GLOBO. *Mourão diz que neto é 'branqueamento da raça'*. 06 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mourao-diz-que-neto-branqueamento-da-raca-23134844>. Acesso em: 05 fev. 2019.

POLITICA ESTADAO. *Mourão liga índio à 'indolência' e negro à 'malandragem'*. 06 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-a-indolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689>. Acesso em: 02 jan. 2019.

REVISTA FORUM. *Mais uma vez, Daciolo vira sensação nas redes durante debate presidencial*. 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mais-uma-vez-daciolo-vira-sensacao-nas-redes-durante-debate-presidencial/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

REVISTA PIAUI/FOLHA/UOL/AGÊNCIA LUPA. *Três dos 13 presidenciáveis não têm propostas específicas para ensino superior*. 27 set. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/27/presidenciaveis-ensino-superior/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, José O. da. *A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu*. Tempo da Ciência, (12) 23:187-200, 1º sem., Cascavel: 2005.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

_____. *Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.

TSE NOTÍCIAS. *Eleições 2018*. 30 out. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totaliza-caos-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UOL. *Cotas no palanque*. 06 out. 2018. Disponível em: <https://www.uol/eleicoes/especiais/cotas-raciais-universidades-politica-candidatos.htm#tematico-1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VIEIRA, Paulo. *Para além das cotas. Contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras*. Jundiaí: Paco ed., 2016.

YOUTUBE. *Gazeta do Povo - Sistema de Cotas*. 10 jan. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a2MAhTeJgYg>. Podcast. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. *Debate presidencial SBT. Cotas raciais cabo Daciolo Defende*. 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krKnQZIK-iM>. Podcast. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Ciro Gomes - Fala sobre as Cotas*. 11 mai. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfFRAc_HwK4. Acessado em: 14 fev. 2019